CLIPPING INTERNET

09/11/2022 ATÉ 09/11/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 ANIVERSÁRIO DO TJMA
1.1 BLOG DO OSVALDO MAYA..... 1 2
2 AÇÕES TJMA
2.1 BLOG DO LEONARDO ALVES..... 3
2.2 SITE O MARANHENSE..... 4
3 CEMULHER
3.1 SITE O MARANHENSE..... 5
4 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
4.1 PORTAL MA98..... 6
5 DECISÕES
5.1 BLOG DO MARCIAL LIMA..... 7
5.2 SITE O PROGRESSO..... 8
6 INSTITUCIONAL
6.1 SITE O MARANHENSE..... 9
7 PRESIDÊNCIA
7.1 SITE O MARANHENSE..... 10

Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça realiza itinerância com escuta ativa e roda de diálogo em Caxias e Timon

Nos momentos, os representantes do Comitê apresentaram avanços das Políticas Antidiscriminatórias do Judiciário maranhense O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apresentou, por meio do Comitê de Diversidade, em Caxias, a Política Judiciária de Diversidade e sua atuação com temáticas antidiscriminatórias que abrangem o combate ao racismo, sexismo, gordofobia, lgbtfobia, etarismo e capacitismo. Na ocasião, o coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, e a bibliotecária do TJMA e membra do Comitê, Joseane Cantanhede, interagiram com as pessoas presentes sobre o trabalho do órgão criado por meio da Resolução 47/2020, com a participação do membro do Comitê e servidor de Timon, Paulo Ricardo Nascimento. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, também participou da conversa por meio de videoconferência. Marco Adriano aproveitou a oportunidade de apresentação das ações como uma forma de aperfeiçoar os trabalhos do Comitê a partir de propostas e sugestões que serão contempladas no planejamento estratégico de 2023. O juiz Marco Adriano agradeceu a receptividade da diretora do Fórum de Caxias, juíza Gisa Fernanda Benício, dos juízes Jorge Leite, Paulo Afonso Gomes e Ailton Gutemberg Lima, e da magistrada Marcela Lobo. O juiz Jorge Leite considerou o encontro como um momento de transformação da cultura organizacional e de percepção do Judiciário maranhense dentro de uma responsabilidade social. "Podemos avançar bastante nessas questões com a vinda do Comitê à comarca de Caxias e traçar estratégias de sensibilização para evoluirmos e melhorar a cada dia nessas temáticas", pontuou o magistrado. O acolhimento e o respeito em enxergar o próximo deram tom à fala da servidora Louvanya Couy. "Fico feliz que o Tribunal de Justiça e o Comitê possam levar essa causa da diversidade às pessoas que precisam de respeito. A gente sente esperança em dias melhores e amor pelo próximo de forma mais abrangente", disse. Para o oficial de Justiça, Murilo Moreira, as opiniões dos participantes foram expressivas. O servidor Cícero Neto ressaltou a conversa como esclarecedora e um meio de viabilizar novos pensamentos e combater a discriminação. TIMON Na comarca de Timon, as ações do Comitê também foram apresentadas no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, durante a programação do "Projeto Justiça e Cidadania – Porque fazer o bem faz bem". No momento, o Comitê de Diversidade apresentou a temática "Enfrentamento ao racismo: o que a juventude pode fazer?", direcionada aos adolescentes integrantes do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA). A juíza da 1ª Vara Cível e coordenadora do projeto, Raquel Menezes, observou que o objetivo principal é a aproximação entre Poder Judiciário e sociedade, mediante, dentre outras ações, o fornecimento de informações acerca de direitos e deveres dos cidadãos. O evento teve a participação de magistrados(as), estagiários(as) e servidores(as), a exemplo da estagiária do setor psicossocial, Trix Gomes, que fez algumas observações. "O Tribunal precisa saber quantas pessoas trans trabalham dentro do órgão e como estão as políticas de inclusão dessas pessoas e das LGBTQIAP+. Eu coloco isso porque sou uma pessoa trans e percebo as dificuldades aqui dentro da comarca para me acolherem e me entenderem, além dos olhares sutis de preconceito, como algumas pessoas não se referirem a mim da forma como me imponho. Estamos falando de saúde mental e de acolhimento", ressaltou. Joseane Cantanhede observou os momentos de escutas e partilhas como significativos para o fortalecimento das políticas institucionais e das práticas antidiscriminatórias. Na sua opinião, o acolhimento, o interesse e as ricas sugestões suscitadas deram um tom muito especial durante toda itinerância e reforçaram o comprometimento do corpo funcional com as temáticas trabalhadas. Juliana Sales, comissária da Infância e Juventude, enfatizou a riqueza das falas para conhecer um pouco dos nossos colegas, incluindo realidades que eram desconhecidas por nós. "Esses momentos mostram a necessidade de termos mais empenho em buscar conteúdos diferentes da nossa realidade profissional e da nossa bolha, como tratar transgênero. Aperfeiçoar essa ideia a quem recepciona de forma que seja mais afetuoso e respeitoso", disse. O Coordenador Municipal de Juventude de Timon e ex-presidente do Conselho Estadual de Juventude no Maranhão (CEJOVEM), Geldo Júnior, agradeceu a juíza Raquel Menezes pelo convite para participar do debate "Juventude e Racismo". "De dez jovens em Timon, oito são negros. Precisamos criar políticas públicas a partir do debate sobre o problema e levá-lo a todos os meios sociais. Em todo lugar de fala é preciso que o jovem leve essa mensagem de combate ao racismo, pois

precisamos enfrentar com coragem, a exemplo do que fazemos por meio da Coordenadoria da Juventude", afirmou Geldo. "Muito bom a juventude aprender sobre o racismo para ajudar a combatê-lo. As vezes, as crianças sofrem com essa discriminação e não percebem por não entender, daí a importância de saber sobre para nos ajudar a enfrentar essa realidade", disse a aluna da Escola Municipal Urbano Martins e do projeto NUCA, Ana Beatriz Alves da Costa, que em sua fala durante o evento afirmou ter sofrido racismo. O juiz Marco Adriano agradeceu mais uma vez a parceria dos colegas magistrados de Timon, Raquel Menezes, Paulo Brasil, e ao diretor do Fórum, Rogério Monteles. "É muito gratificante participar dessas iniciativas e proporcionar a escuta ativa dos públicos interno e externo do Judiciário maranhense", externou o coordenador do Comitê. As programações de Caxias e Timon também fizeram parte da Semana de valorização dos servidores e servidoras do Judiciário maranhense organizada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA. Agência TJMA de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
09/11/2022 - BLOG DO MARCIAL LIMA
POSITIVA
Plano deve custear tratamento de criança com síndrome de Asperger

Plano deve custear tratamento de criança com síndrome de Asperger

Decisão unânime da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença da 9ª Vara Cível de São Luís, para determinar que a Geap Autogestão em Saúde autorize e custeie integralmente o tratamento de criança, representada no processo por seu pai e sua mãe, em procedimento terapêutico com equipe multidisciplinar, com profissionais especialistas no tratamento de criança diagnosticada com transtorno do espectro autista, conforme relatórios médicos, de forma ininterrupta e contínua em sua rede credenciada. O plano de saúde também foi condenado a pagar R$ 10 mil, em indenização por danos morais. Ainda cabe recurso da decisão.

De acordo com o entendimento da sentença de 1º Grau e da decisão do órgão do Tribunal, na hipótese de não haver profissionais habilitados, o plano deve efetuar o ressarcimento integral, no prazo de 30 dias, dos valores pagos de procedimentos que o plano não autorizar ou não possuir credenciados.

O plano de saúde alegou não obrigatoriedade de custeio de tratamento pelo método ABA, que considera altamente dispendioso, não coberto pelo plano de saúde e sem previsão no rol da ANS.

Também afirmou que a parte autora da ação na Justiça de 1º Grau não contratou a extensão de qualquer tratamento e que, embora garanta a assistência de terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, não está obrigado a fornecer quaisquer outras subespecialidades elencadas para tratamento de autismo, baseado nos métodos ABA, Teacch, Prompt, Denver, integração sensorial e demais terapias, conforme rol de cobertura obrigatória da ANS.

Voto

O relator das apelações do plano e de representantes da criança, desembargador Guerreiro Júnior, fundamentou seu voto com base em recente Resolução Normativa, a RN nº 539/2022, em que a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ampliou as regras de cobertura assistencial para usuários de planos de saúde com transtornos globais do desenvolvimento, entre os quais está incluída a síndrome de Asperger, um estado do espectro autista.

O desembargador também citou entendimentos do Superior Tribunal de Justiça. Segundo Guerreiro Júnior, o STJ considera abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, uma vez que a operadora de plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura.

Na sequência, disse que o STJ tem reconhecido a impossibilidade de limitação das quantidades de sessões de terapia destinada ao tratamento de portadores do espectro autista e, em decisão recente, assegurou o

tratamento baseado no método ABA para criança ou adolescente com menos de 18 anos portador de transtorno do espectro autista.

Também baseado em precedentes do STJ, acrescentou que a recusa indevida ou injustificada pela operadora em autorizar a cobertura financeira de tratamento ou exame médico a que esteja legal ou contratualmente obrigado, provoca direito de reparação a título de dano moral, em razão de a medida agravar a situação física e psicológica do beneficiário.

Entendeu que o valor de R$ 10 mil atende aos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, considerando sua dupla função - compensatória e pedagógica -, o porte econômico e conduta da empresa.

A desembargadora Nelma Sarney e o desembargador Jamil Gedeon, convocado para compor quórum, também negaram provimento ao apelo da operadora de saúde e deram provimento ao apelo da mãe e do pai da criança, de acordo com o parecer do Ministério Público do Estado.

(Informações do TJ-MA)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ANIVERSÁRIO DO TJMA
09/11/2022 - BLOG DO OSVALDO MAYA
POSITIVA
Baldez é homenageado durante a comemoração dos 209 anos do TJMA

Baldez é homenageado durante a comemoração dos 209 anos do TJMA

novembro 8, 2022 Osvaldo Maya 0 comentários

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez das Neves, foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) com a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por indicação do desembargador José Gonçalo Filho, na manhã desta sexta-feira, 04, em comemoração aos 209 anos do Tribunal.

A solenidade especial homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à justiça e à cidadania.

O Tribunal de Justiça do Maranhão é a terceira Corte mais antiga do Brasil e contou, nesta comemoração, com a participação da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, que foi uma das agraciadas com a Medalha. A solenidade de entrega foi conduzida pelo então presidente da Corte, desembargador Paulo Velten.

Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozzo – Criada pela Lei 2.814/1967 e regulamentada pela Resolução N° 4/1999, a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo cultua a memória do primeiro chanceler do Tribunal das Relações de São Luís, sendo concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ANIVERSÁRIO DO TJMA
09/11/2022 - BLOG DO OSVALDO MAYA
POSITIVA
Helena Duailibe é homenageada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

Helena Duailibe é homenageada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

novembro 7, 2022 Osvaldo Maya 0 comentários

A deputada Helena Duailibe (PP) foi uma das personalidades homenageadas com a Medalha do Mérito Judiciário 'Antônio Rodrigues Vellozo', concedida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em comemoração aos seus 209 anos de fundação. A solenidade, conduzida pelo presidente do TJMA, Paulo Velten, aconteceu na sexta-feira (4), na Sala de Sessões Plenárias do TJMA, com a presença de várias autoridades.

"É uma honra ser agraciada com esta honraria, concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça e à sociedade maranhense", destacou a parlamentar.

A deputada também parabenizou a Corte de Justiça. "Parabéns ao Tribunal de Justiça do Maranhão pelos 209 anos de empenho na garantia dos direitos individuais e coletivos, além da paz social", frisou.

Participaram da solenidade o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto; a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura; o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; o ex-presidente do Brasil, José Sarney; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão, entre outras autoridades.

O TJMA foi fundado em 4 de novembro de 1813 e é a terceira Corte mais antiga do Brasil. No evento, mais de 40 homenageados foram agraciados com três tipos de honrarias: Medalha dos Bons Serviços 'Bento Moreira Lima', Medalha Especial do Mérito 'Cândido Mendes' e Medalha do Mérito Judiciário 'Antônio Rodrigues Vellozo'.

Poder Judiciário promove Semana Estadual de Conciliação no Maranhão

8 de novembro de 2022 Jornalismo

O quantitativo de processos selecionados para a Semana deverá ser cadastrado via sistema até o dia 31 de maio.

O Poder Judiciário do Maranhão irá promover – no período de 20 a 24 de junho – a Semana Estadual de Conciliação. Durante o evento, magistrados, magistradas, servidores e servidoras de todo o Estado irão reunir esforços para tentar solucionar ações judiciais, de forma rápida e efetiva. A iniciativa é organizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/TJMA).

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressalta a importância da ação, conclamando juízes, juízas, servidores e servidoras a se empenharem no evento, selecionando o maior número possível de processos passíveis de conciliação.

“Precisamos, com urgência, aumentar o nosso índice de conciliação nos processos em fase de conhecimento, abreviando a entrega da prestação jurisdicional com iniciativas que visam a fortalecer a conciliação e a cultura da autocomposição. É preciso o envolvimento de todos: partes, advogados, juízes e servidores. Precisamos propiciar respostas rápidas e úteis às lides trazidas ao Poder Judiciário e a realização de acordos é o melhor caminho para atingirmos esse objetivo”, pontuou.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, informa que o intuito da Semana Estadual de Conciliação é oferecer uma justiça mais ágil à população, incentivando a pacificação social. “Precisamos dar uma resposta mais rápida às pessoas que batem às portas do Poder Judiciário, além de atingirmos as metas a que nos propomos”, pontuou.

Durante a SNC 2022, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial) e demandas pré-processuais (sem ação judicial), desde que haja interesse das partes envolvidas no conflito pela realização de acordo homologado judicialmente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
09/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Comitê de Diversidade realiza itinerância com escuta ativa e roda de diálogo em Caxias e Timon

Comitê de Diversidade realiza itinerância com escuta ativa e roda de diálogo em Caxias e Timon

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apresentou, por meio do Comitê de Diversidade, em Caxias, a Política Judiciária de Diversidade e sua atuação com temáticas antidiscriminatórias que abrangem o combate ao racismo, sexismo, gordofobia, lgbtfobia, etarismo e capacitismo.

Na ocasião, o coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, e a bibliotecária do TJMA e membra do Comitê, Joseane Cantanhede, interagiram com as pessoas presentes sobre o trabalho do órgão criado por meio da Resolução 47/2020. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, também participou da conversa por meio de videoconferência.

Marco Adriano aproveitou a oportunidade de apresentação das ações como uma forma de aperfeiçoar os trabalhos do Comitê a partir de propostas e sugestões que serão contempladas no planejamento estratégico de 2023.

O juiz Marco Adriano agradeceu a receptividade da diretora do Fórum de Caxias, juíza Gisa Fernanda Benício, dos juízes Jorge Leite, Paulo Afonso Gomes e Ailton Gutemberg Lima, e da magistrada Marcela Lobo.

O juiz Jorge Leite considerou o encontro como um momento de transformação da cultura organizacional e de percepção do Judiciário maranhense dentro de uma responsabilidade social. "Podemos avançar bastante nessas questões com a vinda do Comitê à comarca de Caxias e traçar estratégias de sensibilização para evoluirmos e melhorar a cada dia nessas temáticas", pontuou o magistrado.

O acolhimento e o respeito em enxergar o próximo deram tom à fala da servidora Louvanya Couy. "Fico feliz que o Tribunal de Justiça e o Comitê possam levar essa causa da diversidade às pessoas que precisam de respeito. A gente sente esperança em dias melhores e amor pelo próximo de forma mais abrangente", disse.

Para o oficial de Justiça, Murilo Moreira, as opiniões dos participantes foram expressivas.

O servidor Cícero Neto ressaltou a conversa como esclarecedora e um meio de viabilizar novos pensamentos e combater a discriminação.

TIMON

Na comarca de Timon, as ações do Comitê também foram apresentadas no Fórum Amarantino Ribeiro

Gonçalves, durante a programação do "Projeto Justiça e Cidadania –

Porque fazer o bem faz bem". No momento, o Comitê de Diversidade apresentou a temática "Enfrentamento ao racismo: o que a juventude pode fazer?", direcionada aos adolescentes integrantes do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA).

A juíza da 1ª Vara Cível e coordenadora do projeto, Raquel Menezes, observou que o objetivo principal é a aproximação entre Poder Judiciário e sociedade, mediante, dentre outras ações, o fornecimento de informações acerca de direitos e deveres dos cidadãos.

O evento teve a participação de magistrados(as), estagiários(as) e servidores(as), a exemplo da estagiária do setor psicossocial, Trix Gomes, que fez algumas observações. "O Tribunal precisa saber quantas pessoas trans trabalham dentro do órgão e como estão as políticas de inclusão dessas pessoas e das LGBTQIAP+. Eu coloco isso porque sou uma pessoa trans e percebo as dificuldades aqui dentro da comarca para me acolherem e me entenderem, além dos olhares sutis de preconceito, como algumas pessoas não se referirem a mim da forma como me imponho. Estamos falando de saúde mental e de acolhimento", ressaltou.

Joseane Cantanhede observou os momentos de escutas e partilhas como significativos para o fortalecimento das políticas institucionais e das práticas antidiscriminatórias. Na sua opinião, o acolhimento, o interesse e as ricas sugestões suscitadas deram um tom muito especial durante toda itinerância e reforçaram o comprometimento do corpo funcional com as temáticas trabalhadas.

Juliana Sales, comissária da Infância e Juventude, enfatizou a riqueza das falas para conhecer um pouco dos nossos colegas, incluindo realidades que eram desconhecidas por nós. "Esses momentos mostram a necessidade de termos mais empenho em buscar conteúdos diferentes da nossa realidade profissional e da nossa bolha, como tratar transgênero. Aperfeiçoar essa ideia a quem recepciona de forma que seja mais afetuoso e respeitoso", disse.

O Coordenador Municipal de Juventude de Timon e ex-presidente do Conselho Estadual de Juventude no Maranhão (CEJOVEM), Geldo Júnior, agradeceu a juíza Raquel Menezes pelo convite para participar do debate "Juventude e Racismo".

"De dez jovens em Timon, oito são negros. Precisamos criar políticas públicas a partir do debate sobre o problema e levá-lo a todos os meios sociais. Em todo lugar de fala é preciso que o jovem leve essa mensagem de combate ao racismo, pois precisamos enfrentar com coragem, a exemplo do que fazemos por meio da Coordenadoria da Juventude", afirmou Geldo.

"Muito bom a juventude aprender sobre o racismo para ajudar a combatê-lo. As vezes, as crianças sofrem com essa discriminação e não percebem por não entender, daí a importância de saber sobre para nos ajudar a enfrentar essa realidade", disse a aluna da Escola Municipal Urbano Martins e do projeto NUCA, Ana Beatriz Alves da Costa, que em sua fala durante o evento afirmou ter sofrido racismo.

O juiz Marco Adriano agradeceu mais uma vez a parceria dos colegas magistrados de Timon – Raquel Menezes, Paulo Brasil, e ao diretor do Fórum, Rogério Monteles.
É muito gratificante participar dessas iniciativas e proporcionar a escuta ativa dos públicos interno e externo do Judiciário maranhense", externou o coordenador do Comitê.

As programações de Caxias e Timon também fizeram parte da Semana de valorização dos servidores e

servidoras do Judiciário maranhense organizada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA.

O post Comitê de Diversidade realiza itinerância com escuta ativa e roda de diálogo em Caxias e Timon apareceu primeiro em O Maranhense.

Projeto da 2ª Vara da Mulher divulga pedido virtual de Medida Protetiva de Urgência

Disseminar a utilização da ferramenta "Medidas Protetivas online" para garantir maior proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em São Luís. Este é o objetivo do Projeto "Justiça em Rede", realizado pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís.

O projeto, que se propõe a funcionar como um canal entre o Poder Judiciário e as vítimas da violência de gênero, será lançado no dia 18 de novembro, às 14h, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", no bairro do Calhau.

A iniciativa foi idealizada pela juíza Lúcia Helena Barros Heluy, titular da Vara, e pelos servidores Wilson de Carvalho Filho, secretário judicial e Ageilson de Sousa da Silva, auxiliar judiciário.

A juíza explicou que o projeto objetiva aproximar o Judiciário das mulheres mais necessitadas, sem acesso digital e residentes em áreas periféricas de São Luís e promover o acesso digital às que pretendem requerer Medidas Protetivas de Urgência (MPU), previstas na Lei Maria da Penha.

PROJETO JUSTIÇA EM REDE

O projeto Justiça em Rede capacitará profissionais das áreas de assistência social, educação e saúde sobre a Lei Maria da Penha, o funcionamento das Medidas Protetivas de Urgência e as ferramentas digitais de proteção à mulher e integrará os profissionais de instituições pertencentes à Rede Amiga da Mulher aos serviços digitais do Tribunal de Justiça do Maranhão.

"As mulheres em situação de violência ainda enfrentam diversos obstáculos para acessarem a justiça, mais precisamente, para formularem pedido de Medidas Protetivas de Urgência, por diversos fatores, tais como: falta de recursos financeiros para deslocamento às Delegacias de Atendimento às Mulheres, demora no atendimento em ambiente policial, despreparo dos profissionais e falta de informações jurídicas", diz o texto de lançamento do projeto.

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA APLICADAS AO AGRESSOR

A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e permite ao juiz aplicar, de imediato, ao agressor, medidas protetivas de urgência, em conjunto ou separadamente.

Essas medidas podem ser: a suspensão da posse ou restrição do porte de armas; o afastamento do lar; a proibição de aproximação ou contato com a ofendida e seus familiares; a frequência em determinados lugares; a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores; a prestação de alimentos; o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação ou a assistência psicossocial.

Em dezembro de 2021, o Tribunal de Justiça (CEMULHER) criou a Medida Protetiva online, disponível no Portal do Poder Judiciário, na internet. Segundo relatórios de acesso ao serviço, do início de 2021 até meados do mês de setembro deste ano, foram solicitadas 190 medidas protetivas de urgência Online. Junto à 2ª Vara da Mulher, são distribuídos cerca de 340 pedidos de MPU por mês

O post Projeto da 2ª Vara da Mulher divulga pedido virtual de Medida Protetiva de Urgência apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
09/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA publica lista com instituições educacionais contempladas para doações de bens móveis

TJMA publica lista com instituições educacionais contempladas para doações de bens móveis

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Comissão de Doação de Bens Patrimoniais Móveis, publicou a classificação das instituições educacionais públicas contempladas pelo Edital de Chamamento Público n° 01/2022, para doação de bens a instituições educacionais públicas.

Ao todo, foram seis instituições classificadas, sendo elas: IEMA Pleno Rio Anil; Unidade de Educação Básica Dr. Neto Guterres; Centro de Ensino Fernando Perdigão; Centro Educa Mais Dayse Galvão de Sousa; Unidade de Ensino Básico Agostinho Vasconcelos e Centro Educacional Antônio Ribeiro da Silva.

Serão doados equipamentos, mobiliários, estofados e outros itens irrecuperáveis do TJMA. São considerados como inservíveis os bens móveis de recuperação antieconômica ou impossível e sem condições de aproveitamento. Os itens serão doados no estado de conservação e nas condições em que se encontram.

As instituições que não foram consideradas habilitadas ao recebimento das doações ainda podem interpor recurso, tendo um prazo de até cinco dias úteis para efetuar a contestação.

O post TJMA publica lista com instituições educacionais contempladas para doações de bens móveis apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
09/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Em visita institucional, presidente do TJMA conhece avanços da Junta Comercial do Maranhão

Em visita institucional, presidente do TJMA conhece avanços da Junta Comercial do Maranhão

08/11/2022 23:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, visitou a Junta Comercial do Estado do Maranhão (Jucema), nessa segunda-feira (7/11), para dialogar e conhecer as novas instalações da instituição localizada em prédio revitalizado na Avenida Dom Pedro ll, no Centro Histórico de São Luís (em frente ao prédio-sede do TJMA).

Na oportunidade, Paulo Velten foi recebido pelo presidente da Junta Comercial, Sérgio Sombra, que compartilhou sobre os avanços tecnológicos nos serviços prestados pela autarquia ao empresariado maranhense.

Fundada em 1851, a Jucema é a terceira junta comercial mais antiga do Brasil com 171 anos de fundação. Atualmente, tem se destacado no cenário nacional como uma das juntas comerciais mais rápidas do país na formalização de negócios, com tempo de 4 horas para abertura de empresas no órgão, obtendo o reconhecimento nacional pelos avanços no registro de empresas.

"Fiquei muito impressionado com a evolução da Jucema, um órgão histórico que hoje é referência como instituição desburocratizada, enxuta e com alta tecnologia", disse o desembargador Paulo Velten.

O presidente do TJMA também admirou-se do atendimento 100% remoto e da celeridade dos serviços prestados com o avanço digital. "A junta comercial está na era da mudança tecnológica e da transformação digital do serviço, isso é motivo de grande reconhecimento", disse Velten.

Para Sérgio Sombra, a visita do presidente da Corte Estadual significou um momento importante no fortalecimento das relações institucionais e declarou sentir-se prestigiado. "Estou muito honrado com a visita do nosso presidente, desembargador Paulo Velten, visto que a Junta tem dado uma contribuição muito importante, não só na parte dos registros empresariais do Maranhão, mas também prestando informações aos órgãos de controle sobre as empresas que estão constituídas no Estado, contribuindo para a construção de um ambiente de negócio mais favorável para aqueles que querem empreender", afirmou.

Sérgio Sombra também enfatizou que, assim como o Tribunal de Justiça, a Junta Comercial tem sofrido um processo de digitalização e virtualização dos seus serviços, para melhor atender a população maranhense. "Hoje, nós temos uma Junta totalmente digital e um Tribunal de Justiça que é exemplo no Brasil inteiro. São dois órgãos seculares, que vem acompanhando as evoluções e contribuindo com a sociedade maranhense", ressaltou.

Também participaram da reunião, o vice-presidente da Jucema, Francisco Moura dos Santos e o chefe da Procuradoria da Jucema, Max Wanderson Sá. Na oportunidade, o presidente Paulo Velten recebeu o fotolivro "Tambores", idealizado pelo Fotoclube Poesia do Olhar, que faz uma releitura fotográfica da obra "Os Tambores de São Luís" do escritor maranhense, Josué Montello.

AVANÇOS

A Junta Comercial do Estado do Maranhão (Jucema) vem registrando avanços significativos nos últimos anos, com a implantação do programa Empresa Fácil, permitindo que os serviços sejam totalmente digitais, consolidando, assim, um órgão 100% Digital nos procedimento de abertura, alteração e baixa de empresas e emissão de certidões online.

Além disso, a Jucema tem estimulado o crescimento de empresas ativas, saindo de 182 mil empresas ativas em 2015 para 387 mil em 2022. Durante a pandemia, implantou a Taxa Zero, com a isenção de taxas para todos os tipos jurídicos durante períodos críticos da pandemia.

Atualmente, a Jucema é uma das mais modernas do país com canais de atendimento via WhatsApp, chat, e-mail, telefone e presencialmente.

Plano deve custear tratamento de criança com síndrome de Asperger

Decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal é baseada em resolução recente da ANS e em entendimentos do Superior Tribunal de Justiça
Ascom/TJMA
Agência TJMA de NotíciasA decisão da 2ª Câmara Cível foi unânime - Foto: Ascom TJMA

Decisão unânime da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença da 9ª Vara Cível de São Luís, para determinar que a Geap Autogestão em Saúde autorize e custeie integralmente o tratamento de criança, representada no processo por seu pai e sua mãe, em procedimento terapêutico com equipe multidisciplinar, com profissionais especialistas no tratamento de criança diagnosticada com transtorno do espectro autista, conforme relatórios médicos, de forma ininterrupta e contínua em sua rede credenciada. O plano de saúde também foi condenado a pagar R$ 10 mil, em indenização por danos morais. Ainda cabe recurso da decisão.

De acordo com o entendimento da sentença de 1º grau e da decisão do órgão do Tribunal, na hipótese de não haver profissionais habilitados, o plano deve efetuar o ressarcimento integral, no prazo de 30 dias, dos valores pagos de procedimentos que o plano não autorizar ou não possuir credenciados.

O plano de saúde alegou não obrigatoriedade de custeio de tratamento pelo método ABA, que considera altamente dispendioso, não coberto pelo plano de saúde e sem previsão no rol da ANS.
Também afirmou que a parte autora da ação na Justiça de 1º grau não contratou a extensão de qualquer tratamento e que, embora garanta a assistência de terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, não está obrigado a fornecer quaisquer outras subespecialidades elencadas para tratamento de autismo, baseado nos métodos ABA, Teacch, Prompt, Denver, integração sensorial e demais terapias, conforme rol de cobertura obrigatória da ANS.

VOTO
O relator das apelações do plano e de representantes da criança, desembargador Guerreiro Júnior, fundamentou seu voto com base em recente resolução normativa, a RN nº 539/2022, em que a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ampliou as regras de cobertura assistencial para usuários de planos de saúde com transtornos globais do desenvolvimento, entre os quais está incluída a síndrome de Asperger, um estado do espectro autista.

O desembargador também citou entendimentos do Superior Tribunal de Justiça. Segundo Guerreiro Júnior, o STJ considera abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, uma vez que a operadora de plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura.

Na sequência, disse que o STJ tem reconhecido a impossibilidade de limitação das quantidades de sessões de terapia destinada ao tratamento de portadores do espectro autista e, em decisão recente, assegurou o tratamento baseado no método ABA para criança ou adolescente com menos de 18 anos portador de transtorno do espectro autista.

Também baseado em precedentes do STJ, acrescentou que a recusa indevida ou injustificada pela operadora em autorizar a cobertura financeira de tratamento ou exame médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, gera direito de reparação a título de dano moral, em razão de a medida agravar a situação física e psicológica do beneficiário.

Entendeu que o valor de R$ 10 mil atende aos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, considerando sua dupla função – compensatória e pedagógica –, o porte econômico e conduta da empresa.

A desembargadora Nelma Sarney e o desembargador Jamil Gedeon, convocado para compor quórum, também negaram provimento ao apelo da operadora de saúde e deram provimento ao apelo da mãe e do pai da criança, de acordo com o parecer do Ministério Público do Estado.